

A Evolução Curricular na Formação de Soldados da Polícia Militar do Amazonas (2014–2024): Uma Análise do Alinhamento à Matriz Curricular Nacional

The Curricular Evolution in the Training of Soldiers of the Military Police of Amazonas (2014–2024): An Analysis of Alignment with the National Curricular Matrix

Rayanna Brito Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo analisa a evolução curricular dos Cursos de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), no período de 2014 a 2024, com o objetivo de verificar o alinhamento às diretrizes estabelecidas pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MCN). A pesquisa adota abordagem qualitativa e descritivo-analítica, baseada em análise documental das grades curriculares e ementas oficiais, obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto à PMAM e ao Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (Iesp). As informações foram comparadas com as orientações pedagógicas da MCN, que recomenda uma formação por competências, interdisciplinar e orientada pelos Direitos Humanos. Os resultados evidenciam avanços significativos a partir de 2020, especialmente na ampliação quantitativa e qualitativa da carga horária e inclusão de disciplinas voltadas à ética, cidadania e diversidade, indicando esforço institucional de adequação às diretrizes nacionais. Persistem, contudo, desafios quanto à transversalização dos conteúdos, à capacitação docente e à consolidação de práticas avaliativas compatíveis com a Matriz. Conclui-se que a PMAM tem avançado na convergência com as políticas formativas nacionais, embora o alinhamento pleno ainda dependa de mecanismos contínuos de monitoramento e fortalecimento institucional dos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: formação policial; currículo; Matriz Curricular Nacional; Polícia Militar.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Administração pela UNIFOR; Pós-Graduada em Ensino de História pelo Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia de Votuporanga (ICETEC), em Gestão em Segurança Pública pelo ICETEC, em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI); Pós-graduanda em Segurança Pública e Política de Drogas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); 2º Sargento do Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado do Amazonas; e atualmente é Assessora na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

ABSTRACT

This article analyzes the curricular evolution of the Training Courses for Soldiers of the Military Police of the State of Amazonas (PMAM) from 2014 to 2024, with the objective of verifying their alignment with the guidelines established by the National Curricular Matrix for Training Actions of Public Security Professionals (MCN). The research adopts a qualitative and descriptive-analytical approach, based on documentary analysis of official syllabi and curricula obtained through the Access to Information Law from PMAM and the Integrated Institute of Public Security Education (IESP). The data were compared with the pedagogical guidelines of the MCN, which recommends a competency-based, interdisciplinary, and human-rights-oriented education. The results show significant progress from 2020 onwards, particularly in the quantitative and qualitative expansion of the total workload and the inclusion of subjects focused on ethics, citizenship, and diversity, indicating an institutional effort to adapt to national guidelines. However, challenges remain regarding the transversal integration of content, the professional development of instructors, and the consolidation of assessment practices consistent with the Matrix. It is concluded that PMAM has advanced toward convergence with national training policies, although full alignment still depends on continuous monitoring mechanisms and institutional strengthening of teaching and learning processes.

Keywords: police training; curriculum; National Curricular Matrix; Military Police.

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional dos agentes de segurança pública constitui uma dimensão estratégica das políticas nacionais de segurança, especialmente diante do desafio de consolidar práticas baseadas na legalidade, na ética e na defesa dos direitos fundamentais. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil busca transformar a cultura policial tradicionalmente marcada pela rigidez hierárquica e pela lógica repressiva, substituindo-a por um modelo pautado na cidadania, na prevenção de crimes e na resolução pacífica de conflitos. Nesse contexto, a qualificação dos profissionais da área tornou-se uma prioridade das políticas públicas de segurança, impulsionando a criação de parâmetros nacionais para a formação e o aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública.

A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MCN), elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), representa o principal instrumento normativo para orientar a padronização e o aperfeiçoamento dos processos formativos nas instituições estaduais. Seu propósito é promover a articulação entre ensino, prática e gestão, por meio de uma metodologia centrada em competências, interdisciplinaridade e valorização dos Direitos Humanos.

A Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), inserida nesse movimento de modernização, revisou seus currículos de formação de soldados entre 2014 e 2024, buscando adequar-se às diretrizes da MCN e às exigências atuais de profissionalização da segurança pública. Essas mudanças refletem o esforço institucional de aproximar a formação inicial dos parâmetros pedagógicos nacionais e de fortalecer a legitimidade social da atuação policial.

Neste artigo, analisa-se o grau de alinhamento entre as matrizes curriculares dos Cursos de Formação de Soldados (CFSd) da PMAM e as diretrizes da MCN, com o objetivo de identificar avanços, lacunas e desafios no processo de adequação pedagógica e institucional. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamenta-se na análise documental das grades curriculares e ementas oficiais, comparando-as com os princípios estruturantes da MCN, permitindo avaliar se o ensino policial no Amazonas tem incorporado os eixos de formação por competências, interdisciplinaridade e cidadania.

Apesar do rigor metodológico e do uso de fontes oficiais, o estudo apresenta algumas limitações. A principal delas é a ausência de resposta da PMAM a algumas solicitações feitas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) dificultando o cruzamento de dados e a obtenção de informações complementares, restringindo a abrangência da pesquisa.

A pesquisa foi conduzida por meio da análise documental de materiais oficiais obtidos através da LAI, com solicitações direcionadas à PMAM e ao Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (Iesp). Entre os documentos analisados, constavam grades curriculares, ementas e registros disciplinares referentes ao período de 2014 a 2024, o que possibilitou a comparação direta com as orientações estabelecidas pela Matriz Curricular Nacional. No entanto, a ausência de respostas completas da PMAM em algumas das solicitações representou uma limitação na coleta de dados.

A partir dessa análise, busca-se responder à seguinte questão: em que medida a evolução curricular da formação de soldados da PMAM, no período de 2014 a 2024, está alinhada às diretrizes da Matriz Curricular Nacional da Senasp?

2 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL E OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMAM

Este tópico propõe uma análise integrada da relação entre a MCN e o processo de formação dos soldados da PMAM. Inicialmente, examinam-se os fundamentos e os objetivos que orientam as políticas nacionais de ensino voltadas à segurança pública. Em seguida, apresenta-se a trajetória de evolução curricular do Curso de Formação de Soldados da PMAM ao longo da última década. Por fim, sistematizam-se os principais avanços e desafios identificados no processo de alinhamento da formação policial no estado do Amazonas às diretrizes estabelecidas pela MCN.

2.1 A Formação Policial e as Diretrizes Nacionais de Ensino em Segurança Pública

A formação dos profissionais de segurança pública no Brasil passou, nas últimas décadas, por um processo de transformação pautado na busca por padronização e qualidade. O reconhecimento de que a atividade policial demanda competências técnicas, éticas e relacionais levou o Estado a formular políticas educacionais específicas para o setor. Nesse contexto, a MCN, elaborada pela Senasp e em 2014, consolidou-se como o principal instrumento normativo voltado à unificação dos referenciais pedagógicos das instituições policiais estaduais.

A MCN foi concebida como uma política pública de alcance nacional, com o propósito de orientar a estruturação de cursos de formação inicial e aperfeiçoamento em bases pedagógicas comuns. Seu eixo central é o modelo por competências, que busca articular o saber técnico ao saber ético, estimulando a autonomia, a reflexão e a capacidade crítica do policial. Além disso, a Matriz adota a interdisciplinaridade e a transversalização dos Direitos Humanos como fundamentos metodológicos, o que representa uma ruptura com o modelo tradicional de ensino policial, historicamente centrado na

hierarquia e na instrução militarizada.

A proposta educativa da MCN baseia-se em uma concepção pedagógica integrada, que valoriza a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalização entre os diversos componentes curriculares. A contextualização tem como objetivo aproximar os conteúdos da realidade vivida pelos profissionais, tornando a teoria mais significativa e aplicável ao cotidiano da atividade policial. A interdisciplinaridade, por sua vez, rompe com a fragmentação do conhecimento, promovendo o diálogo entre áreas distintas e incentivando a construção coletiva de saberes orientados para a solução de problemas concretos. A transversalização dos Direitos Humanos assegura que esses princípios não fiquem restritos a disciplinas isoladas, mas estejam presentes em todo o processo formativo como fundamento ético e social (Ministério da Justiça, 2014). Nesse mesmo sentido, as metodologias ativas, alinhadas a esse modelo pedagógico, colocam o discente no centro da aprendizagem, estimulando sua autonomia, reflexão crítica e participação ativa em situações reais ou simuladas do trabalho policial.

Essa mudança conceitual implica compreender o policial como agente público e educador da cidadania, capaz de atuar em sintonia com as demandas da sociedade contemporânea (Balestreri, 1998). A partir dessa base, cada instituição militar estadual deve adaptar suas matrizes curriculares às diretrizes nacionais, respeitando as especificidades locais, mas mantendo coerência com o projeto pedagógico de segurança pública orientado pela cidadania.

Essa concepção dialoga com o entendimento de Balestreri (2010), que propõe um novo paradigma de segurança pública baseado na integração entre técnica, ética e cidadania. Para o autor, o policial deve ser compreendido como agente promotor dos direitos humanos e mediador de conflitos, cuja legitimidade profissional decorre não apenas da autoridade legal, mas também da confiança social construída por meio da atuação ética e reflexiva. Nesse sentido, a formação profissional precisa desenvolver competências relacionais, cognitivas e atitudinais que assegurem legitimidade social à atuação policial e fortaleçam a confiança da sociedade nas instituições. Essa perspectiva está alinhada aos princípios educacionais e didático-pedagógicos da Matriz Curricular Nacional (Ministério da Justiça, 2014), que organiza os processos formativos com base em eixos articuladores orientados à cidadania, à diversidade e à cultura de paz.

Na mesma direção, Poncioni (2022) defende que o currículo policial contemporâneo deve integrar dimensões técnico-operacionais e humanísticas, promovendo a formação integral dos profissionais de segurança pública, através da adoção de metodologias ativas capazes de estimular a reflexão crítica e o protagonismo dos futuros policiais. Serrano (2010) complementa essa visão ao afirmar que a inovação pedagógica na formação policial depende da adoção de estratégias que articulem teoria e prática, incentivando a resolução ética de problemas concretos. Esses referenciais teóricos reforçam o entendimento de que a formação profissional em segurança pública deve ser um processo de aprendizagem transformadora, capaz de desenvolver competências éticas, cognitivas e relacionais.

De acordo com Rodrigues (2025), a análise da MCN evidencia um avanço significativo na formação dos profissionais de segurança pública, ao propor um modelo educativo fundamentado na valorização dos Direitos Humanos, na promoção da responsabilidade social e no fortalecimento da confiança entre Estado e sociedade. No contexto da PMAM, a autora destaca que a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios estruturais e culturais, especialmente na superação de práticas tradicionais e na consolidação de uma cultura institucional comprometida com a cidadania e a mediação de conflitos.

2.2 A Evolução Curricular da Polícia Militar do Amazonas (2014–2024)

Em 2014, a PMAM iniciou um processo de revisão gradual de seus currículos de formação de soldados, visando adequar suas práticas pedagógicas às diretrizes estabelecidas pela Senasp. Essas mudanças foram implementadas ao longo da década de 2014–2024, refletindo o esforço de modernização institucional e de aproximação com os padrões propostos pela MCN.

Nos cursos oferecidos entre 2014 e 2019, observou-se predominância de componentes voltados à técnica operacional, ao uso da força e às rotinas disciplinares, com inserção ainda limitada de conteúdos sobre ética, cidadania e direitos humanos. A formação mantinha estrutura predominantemente conteudista, com ênfase em aspectos legais e normativos, sem aprofundamento nos eixos pedagógicos previstos pela MCN.

Entretanto, a partir de 2020, a PMAM iniciou uma reestruturação curricular, com ampliação da carga horária de disciplinas humanísticas e introdução de temas como mediação de conflitos, uso diferenciado da força, diversidade e competências socioemocionais. Essa reformulação demonstra alinhamento progressivo às diretrizes nacionais, especialmente quanto à abordagem interdisciplinar e à integração entre ensino e prática profissional.

Quadro 1 – Comparativo entre a MCN e os currículos do Curso de Formação de Soldados da PMAM (2014–2024)

Eixo Estruturante (MCN)	Diretrizes da MCN	Correspondência no CFSd/PMAM 2014–2019	Correspondência no CFSd/PMAM 2020–2024	Nível de Alinhamento
Eixo 1 – Ética, Cidadania e Direitos Humanos	Formação voltada à valorização da dignidade humana, cidadania, diversidade e cultura de paz	Disciplina “Direitos Humanos e Cidadania” (baixa carga horária e abordagem teórica)	Ampliação da carga horária; inclusão de temas transversais de ética, cidadania e mediação de conflitos	Baixo (2014–2019) Alto (2020–2024)
Eixo 2 – Técnicas Policiais e Uso Diferenciado da Força	Ênfase em técnicas proporcionais, mediação e preservação da vida	Ênfase operacional e bélica; ausência de mediação e abordagem humanizada	Introdução de práticas simuladas e disciplinas sobre uso proporcional da força	Médio a alto (2020–2024)
Eixo 3 – Gestão da Informação e Conhecimento	Incentivo à análise crítica, registros e relatórios técnicos com base em dados	Conteúdo limitado a noções de redação e legislação	Inserção de “Técnicas de Comunicação e Relatórios Operacionais”	Médio
Eixo 4 – Relações Interpessoais e Gestão de Conflitos	Desenvolvimento de competências socioemocionais e empatia nas interações	Ausente ou diluído em outras disciplinas	Inserção de “Inteligência Emocional” e “Mediação de Conflitos”	Inexistente (2014–2019) Alto (2020–2024)
Eixo 5 – Formação Jurídica e Institucional	Compreensão do papel constitucional da PM e dos limites da atuação policial	Forte ênfase jurídica e disciplinar (legislação, regulamentos, hierarquia)	Mantido, com integração a debates sobre ética e legalidade	Alto
Eixo 6 – Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho	Promoção do autocuidado, equilíbrio emocional e prevenção de riscos	Foco restrito ao condicionamento físico	Inclusão de módulos sobre saúde mental e qualidade de vida	Médio

Fonte: Elaboração da autora (2025).

Quadro 2 – Avanços e desafios no alinhamento dos currículos da PMAM às diretrizes da MCN (2014–2024)

Aspecto analisado	Avanços identificados	Desafios e lacunas
Estrutura pedagógica	Aumento da carga horária total e reestruturação das ementas; integração de disciplinas alinhadas aos eixos da MCN	Carência de revisão sistemática das ementas antigas; ausência de indicadores de avaliação curricular contínua
Metodologia de ensino	Inclusão de metodologias ativas e interdisciplinares; maior articulação entre teoria e prática	Necessidade de capacitação docente para metodologias por competências e práticas reflexivas
Avaliação e acompanhamento	Introdução de avaliações qualitativas e feedbacks	Falta de instrumentos institucionais de monitoramento de impacto pós- formação
Cultura organizacional	Maior abertura ao debate sobre direitos humanos e ética profissional	Resistência de parte do efetivo à mudança cultural e aos conteúdos humanísticos

Fonte: Elaboração da autora (2025).

É possível verificar que o novo modelo curricular, ainda em consolidação, busca promover o equilíbrio entre o preparo técnico e o desenvolvimento de habilidades relacionais, favorecendo a construção de uma identidade profissional voltada à prestação de um serviço público de qualidade e respeito aos direitos humanos.

A análise das matrizes curriculares evidencia um aumento significativo na carga horária total dos Cursos de Formação de Soldados da PMAM, que passou de 600 horas em 2014 para 1.346 horas em 2023, representando um crescimento superior a 120% no período. Esse avanço não se restringiu ao aspecto quantitativo, mas também refletiu uma reestruturação qualitativa da formação. Vale destacar que, a partir de 2020, foram incorporadas disciplinas voltadas à ética, cidadania, diversidade e mediação de conflitos, além da adoção de práticas pedagógicas mais reflexivas, como estágios supervisionados, Ensino a Distância (EaD) e atividades complementares. Esses elementos alinham-se às diretrizes da MCN que orienta a integração entre conteúdos humanísticos e técnico-operacionais a partir de uma abordagem baseada em competências. Essa expansão representa um marco na modernização pedagógica da instituição, evidenciando

um esforço institucional para equilibrar a formação técnica com o desenvolvimento ético, cognitivo e social exigido pela sociedade democrática contemporânea.

2.3 AVANÇOS E DESAFIOS NO ALINHAMENTO À MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

A análise comparativa entre as matrizes curriculares da PMAM e as orientações da MCN evidencia avanços consistentes, mas também revela desafios estruturais e culturais que ainda dificultam o pleno alinhamento. Entre os avanços, destacam-se: a ampliação de disciplinas vinculadas aos eixos temáticos de Direitos Humanos, ética e cidadania; o aumento da carga horária destinada à formação pedagógica e a incorporação da metodologia por competências. No quadro a seguir, é possível identificar esses avanços.

Quadro 3 – Quadro Analítico dos Cursos de Formação de Soldados da PMAM (2014–2024)

Ano de Curso	Total de Horas do CFSd	Maior Área Temática	Observações relevantes
2014	600 h	Funções Técnicas e Procedimentos (156h)	Ênfase em atuação prática; Pouca carga dedicada a Direitos Humanos
2015	800 h	Diversos (Estágio, Palestras - 170h)	Aumento de carga; Inclusão de temas reflexivos e técnicos mais amplos
2018	960 h	Funções Técnicas e Procedimentos (509h)	Introdução de eletivas EaD ² ; Consolidação da formação técnica
2019	900 h	Funções Técnicas e Procedimentos (509h)	Reforço à prática operacional; Continuidade nos Direitos Humanos e Ética

² EaD: Ensino a Distância.

2020	1.420 h	Diversos (Estágio supervisionado + EaD - 466h)	Ampliação significativa; Inclusão de Libras, idiomas e condutor de emergência. Formação mais diversificada
2023	1.346 h	Diversos (Estágio, EaD, Ativ. Complem. - 570h)	Formação segmentada por especialidades (CPE ³ , CPM ⁴ , CPAmb ⁵); Inclusão de disciplinas sobre grupos vulneráveis e maior ênfase em práticas supervisionadas

Fonte: Elaboração da autora (2025).

Contudo, as lacunas persistem. Verifica-se que a transversalização dos Direitos Humanos não se materializa em todos os componentes curriculares; há carência de instrutores capacitados para trabalhar com metodologias ativas; e o processo avaliativo continua centrado em critérios disciplinares, em detrimento da avaliação por desempenho de competências.

Além disso, a falta de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação institucional compromete a retroalimentação do processo de formação profissional, o que retarda a consolidação do modelo proposto pela Senasp. Esses fatores indicam que, embora a PMAM tenha avançado na adequação pedagógica, o alinhamento pleno à MCN requer planejamento contínuo, investimento em capacitação docente e fortalecimento da gestão educacional.

³ Comando de Policiamento Especializado – CPE: trata-se de um grande comando, responsável pelo policiamento que atua na suplementação de força às equipes do policiamento de primeira malha, nas ocorrências de grande vulto e ações para restauração da ordem pública de maior magnitude, tanto na capital como no interior.

⁴ Comando de Policiamento Metropolitano (Geral) – CPM: é um grande comando com atuação voltada à execução do policiamento ostensivo nas áreas urbanas da Região Metropolitana de Manaus.

⁵ Comando de Policiamento Ambiental – CPAmb: é um grande comando de repressão aos crimes ambientais, que realiza policiamento ostensivo rural e urbano, aéreo, fluvial, preventivo e repressivo ambiental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução curricular dos Cursos de Formação de Soldados da PMAM (2014–2024) permite concluir que houve avanços significativos no processo de adequação pedagógica às diretrizes da MCN. A revisão das matrizes curriculares, especialmente a partir de 2020, demonstra o esforço institucional da PMAM em alinhar-se ao modelo nacional de formação por competências, interdisciplinar e centrado na valorização da cidadania e dos Direitos Humanos.

Constatou-se que a incorporação progressiva de disciplinas voltadas à ética, mediação de conflitos e diversidade representa um movimento de modernização pedagógica, além de evidenciar uma aproximação com as diretrizes da Senasp. No entanto, o estudo também aponta obstáculos persistentes à efetiva consolidação desse alinhamento, como a limitação na transversalização dos conteúdos humanísticos, a carência de docentes capacitados em metodologias participativas e a ausência de instrumentos de avaliação institucional contínua.

Diante desse quadro, recomenda-se o fortalecimento de três eixos estratégicos: gestão pedagógica integrada, com planejamento unificado entre as áreas de ensino, instrução e correição, de modo a assegurar coerência entre currículo e prática profissional; capacitação e valorização docente, priorizando a formação continuada de instrutores em metodologias ativas e ensino por competências; e avaliação institucional permanente, com indicadores de acompanhamento do impacto pedagógico e comportamental da formação.

Em síntese, a experiência da PMAM revela que a adesão às diretrizes da MCN é um processo gradual e dependente de fatores organizacionais, culturais e políticos. O alinhamento pleno requer continuidade administrativa, investimentos em capital humano e fortalecimento da cultura de avaliação. A consolidação de um modelo de formação policial coerente com os princípios da MCN representa um avanço educacional e um marco institucional na construção de uma segurança pública democrática, técnica e socialmente responsável.

4 REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos:** coisa de polícia. Passo Fundo: Paster, 1998.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Um novo paradigma de segurança pública. In: COSTA, Ivone Freire (Org.); BALESTRERI, Ricardo Brisolla (Org.). **Segurança pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 57-67. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523212322>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz curricular nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wpcontent/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PONCIONI, Paula Ferreira. A questão da legitimidade policial na democracia: a educação policial em foco. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 14-29, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1512>. Acesso em: 24 set. 2025.

RODRIGUES, Rayanna Brito. **Currículo e Conduta**: A Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Amazonas (2014-2024) na Promoção dos Direitos Humanos e da Responsabilidade Social. 2025. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2025.

SERRANO, Ana Silvia. A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2010. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/30>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Data da submissão: 15.10.2025.

Data da aprovação: 05.11.2025.